

INVASÃO DO TOLDO CHIMBANGUE

CEDI - P. I. B.
DATA 21/11/86
COD. KG 017

No último sábado, na madrugada do dia 1º de novembro, mais de cem índios, provindos de áreas indígenas do Paraná, Rio Grande do Sul e S. Catarina, invadiram o Toldo Chimbangue, armados de revólveres, espingardas, facões e foices. A invasão se iniciou na casa do capitão Angelin Gandão que foi amarrado e sequestrado. Os invasores percorreram diversas casas e, segundo testemunhos dos moradores, chegaram atirando e batendo, revirando móveis, jogando provisões e sementes ao chão, matando animais domésticos, etc. João Carlos Gonçalves levou um tiro no abdômen e, com lesões por todo o corpo, foi hospitalizado em estado grave e submetido à cirurgia. Outros dois agredidos conseguiram fugir. Um deles, Romildo da Veiga Pekã levou dois tiros na perna e na mão e o outro, Pedro Antunes, foi espancado e recebeu um tiro de raspão. Outros foram presos e amarrados e alguns conseguiram fugir.

A Polícia Militar interveio na área para desarmar os invasores. Não impediu, porém, que 11 famílias fossem despejadas da área, sendo suas mudanças levadas para Xanxerê e Chapecó em caminhão da FUNAI.

ANTECEDENTES

No dia 30 de dez/85, o Presidente Sarney assinou o Decreto nº 92.253, que desapropria 916 hectares de terra destinada a constituir a Reserva Indígena Chimbangue. Este Decreto é resultado de uma luta de 10 anos daquela comunidade, cujas terras haviam sido loteadas e vendidas para colonos.

No final do mês de julho/86, o Governo Federal ultimava as indenizações aos colonos desapropriados. Em meados de setembro também os sem-terra daquela área foram reassentados na Fazenda Zandavalli. Desta foram, a comunidade, aos poucos e de forma planejada, foi ocupando a terra, iniciando o plantio.

Entretanto, outro fato viria perturbar a comunidade:

"Um novo problema atinge os kaingangues do Toldo Chimbangue que só esperam a saída das famílias de colonos indenizadas pelo Incra para ocupar toda a área. A Funai quer transferir para a reserva oito famílias indígenas que vivem num terreno no Centro de Chapecó. Isso contraria a decisão tirada em assembléia na semana passada pelos Kaingangues: eles não querem dentro da área o grupo, que saiu de sua reserva - no Rio Grande do Sul - por desentendimentos com as comunidades.

Segundo os índios, "a Funai estaria querendo a transferência das famílias para o local com a intenção de manter pessoas passíveis de manipulação dentro da tribo. Atualmente a comunidade está coesa e toma todas as decisões sem consultar órgãos oficiais ou pessoas de fora", afirma um dos Kaingangues." (Diário Catarinense, 29/7/86).

As famílias foram transferidas para o Toldo, com o apoio do ex-cacique Clemente Fortes e contra a vontade da maioria da comunidade e criou-se um foco de atrito entre os índios. No dia 2 de agosto, Romildo e Sebastião da Veiga procuraram a Superintendência da FUNAI em Curitiba para denunciar, entre outras coisas, a interferência no Toldo do Delegado da FUNAI em Chapecó que não reconhecia a autoridade

de Romildo, recentemente escolhido como cacique. Do Superintendente Regional receberam a promessa formal de que "questão de escolha de cacique é problema da comunidade indígena. A Funai respeita o cacique eleito pela maioria da comunidade".

Entretanto, já estava marcada a eleição de um novo cacique para o dia 8 de agosto. Esta eleição teve um resultado surpreendente:

"Nem Romildo da Veiga Pekã, nem Clemente Fortes do Nascimento Xeyuyá, que lideravam as duas correntes antagônicas existentes entre os Kaingangues. Os índios preferiram eleger o terceiro candidato, Jucelino Siqueira Foreng, como cacique definitivo da tribo. A eleição foi presenciada por três funcionários da Funai e jornalistas... Ao final, a caixinha com milho tinha 29 grãos e indicava Foreng como vencedor. O feijão, que representou Pekã, teve três votos e a soja, de Xeyuyá, dois.

... O novo cacique, Foreng, adiantou que é contra a permanência na área das famílias transferidas e que o Posto da Funai fique mesmo em Chapecó, sem ser instalado na área. O novo chefe do posto, João Batista Oselame, disse que este assunto vai ser definido pelo delegado regional do órgão, Sebastião A. Fernandes. Mas, quanto à eleição, garantiu que a Funai reconhece Foreng como autêntico líder dos Kaingangues". (Diário Catarinense, 9/08/86).

Foram escolhidos também seis auxiliares do cacique e a comunidade, continuou se organizando. Com a ajuda do CIMI, a escola começou a funcionar e as terras foram preparadas para o plantio. Em meados de outubro, alguns já colheram trigo, plantado em junho. Da FUNAI os índios apenas aceitavam o rancho semanal, distribuído às famílias enquanto não realizassem a primeira colheita. O Órgão Tutelar continuava inconformado com a negativa dos índios em instalar um Posto dentro da área. E novos acontecimentos perturbariam a comunidade.

No domingo, dia 26/10, as lideranças decidem punir o índio Valdemar, do grupo de famílias transferidas recentemente para o Toldo. No mesmo dia 26, se apresentaram no Toldo Chibangue representantes do Conselho Regional Indígena de Guarapuaiva (CRIG), liderados pelo índio Pedro Cornélio Seg Seg. Eles queriam uma reunião com o cacique Jucelino, na sede da FUNAI em Chapecó. Jucelino insistiu que a reunião fosse feita na presença de toda a comunidade o que não foi aceito por Seg Seg. A reunião não se realizou.

No dia seguinte, funcionários da FUNAI e representantes do CRIG procuraram Dom José Gomes, insistindo na retirada do CIMI do Toldo Chibangue, porque este órgão estaria causando conflitos e fazendo a cabeça dos índios contra a FUNAI. Dom José remeteu ao Coordenador Regional do CIMI, em Xanxerê. Em vez de procurar o CIMI, os índios do CRIG e funcionários da Funai montaram, na manhã seguinte, uma barreira para impedir a entrada da equipe do CIMI na área. Contudo, não tiveram êxito no seu intento.

As lideranças do Chibangue, sentindo a situação se agravar, comunicaram imediatamente o fato ao Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, acusando a FUNAI de não respeitar as autoridades, de trazer índios de outras áreas e de provocar atritos na comunidade.

À tarde, o CIMI procurou os caciques do Paraná, hospedados na sede da Delegacia da FUNAI em Chapecó, na tentativa de esclarecer os fatos. Nesta ocasião, eles fazem inúmeras acusações contra o CIMI, orquestradas pelos funcionários presentes, numa tentativa de pintar um quadro de iminente conflito entre índios puros e "bran-

cos" (ou mestiços), tudo por culpa da atuação do CIMI. Ao final, se concluiu por uma reunião entre as lideranças da comunidade e os representantes do CRIG. Esta reunião acabou não se realizando, porque os primeiros queriam a reunião dentro da área e os últimos, em Chapecó. No dia 30/10, usando a intermediação do cacique de Nonoai, funcionários da FUNAI se reúnem com a comunidade, marcando outra reunião entre a comunidade e a FUNAI para sexta-feira, dia 31.

Na sexta, porém, a FUNAI não compareceu na área e o cacique Jucelino recebe um alerta de um índio de Nonoai sobre um plano de invasão em curso. Imediatamente esta ameaça é comunicada por telex ao Presidente e ao Superintendente da FUNAI, bem como à Procuradoria Geral da República.

De nada valeram estas medidas preventivas. Na madrugada do dia seguinte, dia 1º de novembro, a comunidade do Chimbangue foi assaltada por uma centena de índios, levados para a área em viaturas da FUNAI, cujos funcionários permaneceram na entrada da área, presenciando as prisões praticadas pelos invasores.

A Polícia Militar que interveio para desarmar os invasores não impediu, porém, que funcionários da FUNAI e os invasores retirassem da área, durante todo o dia, as mudanças de 11 famílias. Quatro destas mudanças foram levadas para Xanxerê e duas delas despejadas na calçada em frente à sede do CIMI. Numa tentativa de sustar esta ação criminosa, o CIMI se recusou a continuar recebendo estas mudanças. Para evitar, porém, que móveis e animais fossem jogados na rua e para permitir que todos os despejados ficassem reunidos, o bispo Dom José ofereceu o Seminário Diocesano para acomodar as famílias.

No mesmo dia, a advogada Dalme Marie Grando Rauen, de Chapecó, entrou com Pedido de Habeas Corpus em favor dos índios do Toldo Chimbangue. No dia 2, o Juiz ordenou preventivamente a "paralisação da retirada dos índios; a proibição de entrada de qualquer pessoa ou órgão, na área, sem permissão judicial; e a proibição de entrada de qualquer indígena que não fosse pertencente a comunidade do Toldo." Nem os intrusos foram retirados, nem os expulsos retornaram. A Polícia Federal não atendeu pedido do cacique para comparecer na área, nem muito menos se executou a ordem do Juiz. No dia 4/11 a FUNAI apresentou explicações o Juiz, juntando documentos. No dia 5, o Juiz, entendendo que a FUNAI não participara dos acontecimentos, revogou a decisão do dia 2 e negou o Habeas Corpus.

Até o presente momento, as notícias da área dão conta de que grande número de invasores (oitenta segundo a Funai) continuam lá, depredando o patrimônio dos índios, matando e comendo animais domésticos (porcos, galinhas e bois). Presume-se que a Funai tenha instalado outras famílias nas casas daquelas anteriormente despejadas e tenha formado até um novo corpo de lideranças. Os moradores da área que lá permanecem são mantidos sob rígido controle e obrigados a montar barreira na entrada da área.

No dia 7, hoje, a FUNAI procurou contato com as famílias expulsas, com a proposta de que cinco delas poderiam retornar para suas casas. Os índios não aceitaram esta proposta.

Diante deste quadro absurdo e ilegal, é importante exigir da FUNAI e do Ministério do Interior, que todos os invasores sejam retirados do Toldo Chimbangue, que as famílias despejadas possam retornar à sua terra e que o Órgão Tutor respeite as decisões da comunidade do Chimbangue.* É urgente também que a Polícia Federal imediatamente instaure Inquérito para apurar todas as responsabilidades pelos crimes praticados contra estas famílias.

XANXERÊ, aos 7 de novembro de 1986.

CIMI - Regional Sul.
Caixa Postal 65 - 89820 XANXERE - SC

PRESIDENTE DA FUNAI
ROMERO JUCÁ FILHO
SEPS - Q. 702 Sul
Ed. Lex - C.Postal 02-0171
70001 BRASILIA - DF
Telex nº 061-1344

MINISTERIO DO INTERIOR
Ministro RONALDO COSTA COUTO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS
70054 BRASILIA - DF
Telex nº 061-1015

POLÍCIA FEDERAL DE S. CATARINA
Rua Cel. Pedro Moura, 2100
80000 - FLORIANOPOLIS - SC Fone: (0482) 44-0977
Telex nº 0482-126

Maiores informações: CIMI Regional Sul - fone: (0499) 33-0781
Contato com os índios
(Seminário Diocesano) (0497) 22-0425

(*) Salientamos que o grupo de famílias expulsas constam do Processo FUNAI/BSB/0975/83 que culminou na criação da Reserva Indígena Chimbangue.

(**) TELEX é uma medida às vezes mais eficaz e barata que telefone ou telegrama